



Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Art. 25 (ICVM 480)
- Relatório da Administração
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e parecer dos Auditores Independentes



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/99

Declaramos, na qualidade de diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. – Intervias, sociedade por ações com sede na Cidade de Araras, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera - Km 168, sem número, CEP 13602-040, inscrita no CNPJ sob o nº 03.207.703/0001-83, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Dalton Gerra Lage
Diretor Superintendente

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relação com Investidores

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Companhia” ou “Intervias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema constituído pela Malha Rodoviária de Ligação entre Itapira, Mogi Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, São Carlos, Cordeirópolis e Santa Rita do Passa Quatro, com extensão de 375,7 km de rodovias, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Através do Termo Aditivo e Modificativo nº. 14/06, datado de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo da concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Diante disso, o período de exploração da concessão foi prorrogado para 16 de janeiro de 2028. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

A economia da região é baseada na atividade agroindustrial, sendo a região a principal na produção de açúcar e álcool no Brasil.

Atualmente, a Companhia opera nove praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Pirassununga	SP 330 / km 215	6,10
Leme	SP 330 / km 181+760	6,10
Rio Claro	SP 191 / km 59	2,60
Araras	SP 191 / km 27+500	4,80
Engenheiro Coelho	SP 147 / km 91+300	4,50
Mogi Mirim	SP 147 / km 52	6,00
Iracemápolis	SP 147 / km 127,200	4,60
Sta. Cruz das Palmeiras	SP 215 / km 65,550	4,70
Descalvado	SP 215 / km 104,400	4,80

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Termo Aditivo Modificativo ("TAM") ao Contrato de Concessão entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("Poder Concedente") e a Companhia. Referido TAM tem como objeto a alteração (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, do Índice Geral de Preço de Mercado ("IGP-M") para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"); e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobradas pela Concessionária, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro

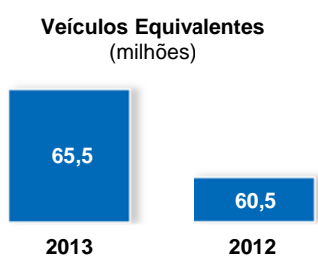
de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

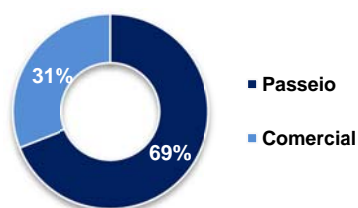
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 65,5 milhões de veículos equivalentes em 2013, 8,3% superior quando comparado ao exercício anterior. Esse aumento acompanhou o desempenho da atividade econômica da região, influenciada pelo agronegócio e pela expansão dos distritos industriais. Nesse contexto, o tráfego de veículos pesados apresentou retração apenas no último mês do ano de 2013. Adicionalmente, o tráfego de veículos leves foi impactado positivamente pela maior captação de veículos em determinados trechos da rodovia com acesso a rotas alternativas.

Tráfego Pedagiado



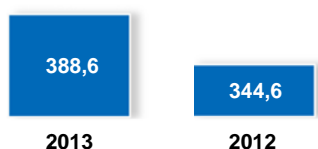
Composição do Tráfego 2013



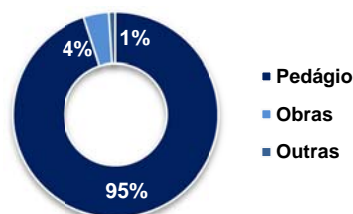
Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 388,6 milhões em 2013, com crescimento de 12,8% em relação aos R\$ 344,6 milhões registrados em 2012.

Receita Bruta (R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta Ano 2013



A receita de pedágio cresceu 10,8%, passando de R\$ 332 milhões em 2012 para R\$ 367,9 milhões em 2013. As principais razões que levaram ao aumento foram: (i) crescimento de tráfego pedagiado, e (ii) início em 28 de julho de 2013 da cobrança de eixos suspensos pela

concessionária, conforme deliberação da ARTESP publicada em 27 de junho de 2013 no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A receita de obras registrou um acréscimo de R\$ 7,9 milhões (+95,2%), passando de R\$ 8,3 milhões em 2012 para R\$ 16,2 milhões em 2013. Esse aumento se deve principalmente às seguintes obras executadas em 2013: Implantação de 3ª faixa na rodovia SP191 do km 23,720 ao km 24,720 e do km 25,560 ao 29,380; implantação de 3ª faixa na SP215 do km 112,660 ao km 114,680 e aquisição de equipamentos.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 4,4 milhões (+5,4%) em 2013.

No ano de 2013, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 356,2 milhões, R\$ 40,9 milhões superior ao ano de 2012.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Custo dos serviços de construção	(16,2)	(8,3)	95,2%
Serviços de terceiros	(4,3)	(3,2)	34,4%
Pessoal	(26,2)	(24,5)	6,9%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(33,1)	(33,8)	-2,1%
Conservação	(14,0)	(12,7)	10,2%
Custos com poder concedente	(10,0)	(11,1)	-9,9%
Seguros e garantias	(1,5)	(2,0)	-25,0%
Remuneração da administração	(1,9)	(1,7)	11,8%
Consumo	(3,8)	(3,9)	-2,6%
Outros	(7,9)	(8,2)	-3,7%
Custos e despesas	(118,9)	(109,4)	8,7%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) aumentaram 8,7% em 2013 em comparação ao exercício de 2012. A variação é justificada pelos custos e despesas relacionados abaixo:

- Aumento dos “Serviços de terceiros” no montante de R\$ 1,1 milhão devido a terceirização dos serviços de limpeza das praças, bases operacionais e sede da concessionária;
- As despesas com “Pessoal” sofreram impacto pelo reajuste salarial anual de 6,8%.

- Aumento de R\$ 1,3 milhão em “Conservação” em razão de serviços de recuperação de drenagens e serviços de pintura predial de praças de pedágio, bases operacionais e Call Box para adequação da nova marca da Arteris;

Em relação ao custo com o poder concedente, este está atrelado a 3% da receita bruta de pedágio da concessionária. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27/07/2013.

EBTDA e EBTDA Ajustado

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receita líquida	356,2	315,3	13,0%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(118,9)	(109,4)	8,7%
EBITDA	237,3	205,9	15,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	33,1	33,7	-1,8%
EBITDA Ajustado	270,4	239,6	12,9%

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou 2013 em R\$ 270,4 milhões, com um aumento de 12,9% em relação ao ano anterior. O aumento foi impactado principalmente pelo crescimento do tráfego pedagiado e pela cobrança dos eixos suspensos, que supriu o não reajuste tarifário com reflexo direto na receita da Companhia.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receitas Financeiras	34,8	35,5	-2,0%
Despesas Financeiras	(49,2)	(53,6)	-8,2%
Resultado Financeiro Líquido	(14,4)	(18,1)	-20,4%

O resultado financeiro líquido de 2013 foi negativo em R\$ 14,4 milhões, 20,4% menor quando comparado ao ano de 2012. Os principais fatores que contribuíram para essa redução foram:

- Redução nas receitas financeiras devido à queda nos saldos de aplicação provenientes da variação do CDI durante o ano e do pagamento de dividendos para a Controladora durante o ano de 2013 no montante de R\$ 128,6 milhões;
- Decréscimo R\$ 0,7 milhão gerado em função da redução da atualização monetária das debêntures devido à amortização dos saldos de principal e juros e também devido à redução da taxa média CDI utilizada para correção do saldo devedor das debêntures de 8,37% em 2012 para 8,02% em 2013.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com lucro líquido de R\$ 138,8 milhões, um acréscimo de 18,8% em comparação ao exercício de 2012. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) o início da cobrança de eixos suspensos; (ii) o aumento no tráfego de veículos pedagiados e (iii) melhora no resultado financeiro.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2013	31/12/2012	Var.
Dívida Bruta	613,4	378,5	62,1%
Curto Prazo	15,5	147,0	-89,5%
Longo Prazo	597,9	231,5	158,3%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(274,4)	(39,3)	598,2%
Dívida Líquida	339,0	339,2	-0,1%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento bruto totalizava R\$ 613,4 milhões, apresentando um aumento de R\$ 234,9 milhões (+62,1%) em relação ao ano anterior.

Em 25 de setembro de 2013, foi realizado a 3ª Emissão de Debêntures pela Sociedade no valor de R\$ 600.000 mil. Essa emissão teve como objetivos, a distribuição de dividendos e a antecipação do resgate das 1ª e 2ª emissões de debêntures, alongando assim o perfil da dívida da Sociedade de curto para longo prazo.

O endividamento líquido (composto por dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2013 em R\$ 339 milhões, o mesmo montante registrado no encerramento do exercício de 2012. O grau de alavancagem, medido pela equação dívida líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 1,5x, ao final do exercício anterior esta relação era de 1,6x.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de dividendos e de juros sobre capital próprio, abaixo representada:

Proventos em dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendo	27/03/2013	09/10/2013	R\$ 60,9 milhões
Dividendo	17/09/2013	09/10/2013	R\$ 59,0 milhões
Juros sobre capital próprio	23/04/2013	09/10/2012	R\$ 2,3 milhões
Juros sobre capital próprio	17/09/2013	01/10/2013	R\$ 5,0 milhões

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$ 29,9 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previstos, sendo R\$ 15,1 milhões do montante total desembolsado proveniente de obras de manutenção, dentre os quais vale destacar: (i) recuperação de erosões; (ii) sinalização horizontal e vertical implantado em todo o lote; (iii) implantação de barreiras de concreto e defensas metálicas em todo o lote e (iv) recuperação de pavimento da rodovia e de dispositivos ao longo da malha viária.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2013	2012
Empregados diretos	537	542
Rotatividade	1,21%	2,64%

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação de 52% de homens, contra 48% de mulheres. A média de idade está concentrada em 37 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal é o Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau) e 20% do efetivo possuem Nível Superior Completo.

Ao longo de 2013, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 14.505 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 27,04 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Intervias possui como um dos seus compromissos o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados a educação, saúde, cultura e meio-ambiente.

Educação

Projeto Escola Intervias criado em 2001, abrangendo 53.005 alunos e 2.408 professores e educadores de 70 escolas públicas, em 19 municípios situados ao longo das rodovias que administra.

Em conexão com os conceitos do Projeto Escola, são desenvolvidos os programas Viva Motorista, Viva Ciclista, Passarela Viva e Viva Motociclista, que atuam na conscientização de públicos específicos. Estes programas levaram orientação e prevenção para mais de 8 mil pessoas entre 2006 e 2013.

Esportes

Em 2013, a Companhia também apoiou projetos esportivos, com base nas leis de incentivos fiscais (Lei nº. 11.438/2006). O principal projeto que teve destinação de recursos durante o exercício foi: Associação Marcos Mercadante de Judô "Kimono de Ouro" Araras/SP. O montante destinado aos projetos esportivos durante o ano foi de R\$ 289 mil.

Meio Ambiente

Destacamos o plantio de mais de 240 mil mudas de árvores nativas, até dezembro de 2013, efetuado principalmente em áreas degradadas e de mata ciliar, o que contribui para a recuperação dessas áreas.

Saúde

O Programa “Viva Saúde” voltado a saúde dos caminhoneiros é uma atividade dirigida a estes usuários que transitam pelas rodovias administradas por nossa concessionária. Tem como objetivo permitir o acesso a orientações e exames de saúde que os alertem para problemas que possam interferir no exercício de sua profissão

Até dezembro de 2013, 50.330 mil motoristas até a 39ª Edição do Viva Saúde.

Cultura

Em 2013, a Intervias atuou no apoio a projetos culturais variados com base nas leis de incentivo fiscal, principalmente a Lei Rouanet, que instituiu o PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura) que visa apoiar e direcionar recursos para investimento em projetos culturais. Os apoios têm como foco a promoção da cultura presente nas regiões por onde passam as rodovias administradas pela Companhia. Os principais projetos para os quais foram destinados recursos de R\$1,5 mil em 2013 foram: Doutores da Alegria, Escola de teatro Bolshoi no Brasil, Associação Musical de Ribeirão Preto, Associação Brasileira de Difusão Livros, Quartim de Moraes & Cia Ltda, Instituto Lagoa Social, Big Band Itinerante, Liz Editora Ltda, Associação Amigos do Projeto Guri.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S. e

Intervias

arteris

(ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Diretoria

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Dalton Guerra Lage

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Marta Casas Caba

Conselheira

Marcos Pinto Almeida

Conselheiro

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	31/12/13	31/12/12
Receita líquida de serviços	19	356.157	315.255
Custos dos serviços	20	(115.243)	(106.038)
Lucro bruto		240.914	209.217
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	20	(19.031)	(17.902)
Remuneração da administração	13	(1.918)	(1.686)
Despesas tributárias		(119)	(65)
Outras receitas operacionais, líquidas		257	434
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros		220.103	189.998
Receitas financeiras	21	34.788	35.506
Despesas financeiras	21	(49.197)	(53.573)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		205.694	171.931
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	23	(71.573)	(57.349)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	23	4.662	2.224
Lucro líquido do exercício		138.783	116.806
Lucro por ação básico e diluído	24	32,12	27,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Legal	Retenção	Dividendo		
						de lucros	adicional proposto		
Saldos em 31 de dezembro de 2011		108.710	(558)	108.152	21.631	-	67.198	-	196.981
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	116.806	116.806
Destinações do lucro líquido:									
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	(67.198)	(46.412)	(113.610)
Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)		-	-	-	-	-	-	(9.475)	(9.475)
Lucros retidos		-	-	-	-	-	60.919	(60.919)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		108.710	(558)	108.152	21.631	-	60.919	-	190.702
Saldos em 31 de dezembro de 2012		108.710	(558)	108.152	21.631	-	60.919	-	190.702
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	138.783	138.783
Destinações do lucro líquido:									
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	-	(60.919)	(59.044)	(119.963)
Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)	18	-	-	-	-	-	-	(8.659)	(8.659)
Lucros retidos		-	-	-	-	-	71.080	(71.080)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		108.710	(558)	108.152	21.631	-	71.080	-	200.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas		
Receitas de pedágio	367.927	332.033
Receita dos serviços de construção	16.213	8.304
Receitas acessórias	4.443	4.214
	<u>388.583</u>	<u>344.551</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
Custos de serviços prestados	(27.309)	(27.102)
Custos dos serviços de construção	(16.213)	(8.304)
Custos de provisão de manutenção	(33.087)	(33.727)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.134)	(1.161)
Custo da concessão	(13.360)	(15.764)
Perda/recuperação de valores do ativo	255	434
	<u>(91.848)</u>	<u>(85.624)</u>
Valor adicionado bruto	<u>296.735</u>	<u>258.927</u>
Depreciação e amortização	<u>(17.204)</u>	<u>(15.883)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	<u>279.531</u>	<u>243.044</u>
Valor adicionado recebido em transfêrencia		
Receitas financeiras	34.788	35.506
	<u>34.788</u>	<u>35.506</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>314.319</u></u>	<u><u>278.550</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal:		
Remuneração direta	17.772	16.789
Benefícios	5.154	4.842
FGTS	1.443	1.335
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	85.324	71.815
Estaduais	50	49
Municipais	18.661	16.797
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	42.854	47.787
Aluguéis	1.598	1.202
Outros	2.680	1.128
Remuneração de capitais próprios:		
Juros Sobre Capital Próprio (JCSP)	8.659	9.475
Dividendos	59.044	46.412
Reserva legal	-	-
Lucros retidos	71.080	60.919
	<u><u>314.319</u></u>	<u><u>278.550</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/13	31/12/12
Fluxo de caixa nas atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	138.783	116.806
Ajustes para conciliar o lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.662)	(2.224)
Depreciação e amortização	17.204	15.883
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	35	16
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	3.665	4.658
Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(26.452)	(25.378)
Receitas com juros sobre aplicações financeiras vinculadas	(1.026)	(1.439)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	101	351
Juros sobre debêntures	37.937	44.937
Resultado financeiro com ajuste a valor presente	2.681	1.128
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	1.240	522
Provisão para manutenção em rodovias	17.853	14.691
Outros	29	15
Redução/(aumento) nos ativos operacionais:		
Estoques	(120)	169
Contas a receber	(3.931)	(1.444)
Impostos a recuperar	3.521	4.891
Despesas antecipadas	(73)	59
Depósitos judiciais	219	(129)
Outros créditos	(29)	119
(Redução)/aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(44)	(561)
Fornecedores - partes relacionadas	226	(1.198)
Cauções contratuais de fornecedores	17	(547)
Obrigações sociais	382	471
Obrigações fiscais	63.891	47.920
Imposto de renda e contribuição social pagos	(63.971)	(43.331)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(779)	(267)
Outras contas a pagar	(27)	11
Credores pela concessão	(405)	58
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	186.265	176.187
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(545)	(155)
Adições ao intangível	(14.279)	(6.921)
Aplicações financeiras vinculadas	(61.940)	(89.884)
Resgate das aplicações financeiras vinculadas	70.103	93.594
Aumento / diminuição de outros investimentos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.661)	(3.366)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	-	-
Pagamentos do principal	(2.644)	(2.571)
Pagamento de juros	(110)	(363)
Debêntures:		
Captações	598.054	-
Pagamento de principal	(374.809)	(143.039)
Pagamento de juros	(23.681)	(46.512)
Pagamento de dividendos	(119.963)	(112.503)
Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)	(7.410)	(6.244)
Pagamento de credores pela concessão	(6.554)	(6.227)
Caixa gerado nas atividades de financiamento	62.883	(317.459)
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	242.487	(144.638)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.907	176.545
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	274.394	31.907
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	242.487	(144.638)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO
INTERIOR PAULISTA S.A.**

**Demonstrações financeiras dos
exercícios findos em 31 de dezembro
de 2013 e 2012**

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.
Araras - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.

Ribeirão Preto, 25 de fevereiro de 2014.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1SP 139268/O-6

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias (“Sociedade”) é uma Sociedade anônima domiciliada no Município de Araras, no Estado de São Paulo, Brasil, na rodovia SP 330, km 168 pista sul, constituída em 28 de maio de 1999. Sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris”). A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os Municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos - lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, de conservação e de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária, nos termos do contrato de concessão celebrado com o DER/SP nº 19/CIC/98.

A emissão das Demonstrações Contábeis da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2014.

2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionadas na Nota Explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível como direito da outorga e, como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credor pela concessão”, conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 10 e nº 16, respectivamente.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06 de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028 (335 meses).

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio eram reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente.

Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero as tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação do D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp, prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária) não inclui os pagamentos efetuados em nov/2013 referente a outorga variável de competência do mês de out/2013.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram totalmente cumpridos:

Obras

Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191-Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras) do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o Estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

- De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras na SP 165/330, partindo do Km 165,23 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42,30 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os montantes de R\$436.753 e R\$420.000 respectivamente referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$279.406 e R\$273.135 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do Contrato de Concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2013 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

As estimativas de investimento foram registradas mediante laudo contrato com peritos independentes e foram segregados levando-se em consideração o que segue:

- (i) investimentos que geram potencial de receita adicional - Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura;
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17.2.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As demonstrações financeiras sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade dos Contratos de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às empresas controladas pela Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou reposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

a) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

b) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

c) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

d) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 16.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica "Credores pela concessão", registrado no passivo, circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações originaram-se.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica "Intangível", na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado individual, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.1.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4.8. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos efetuados pela Sociedade na figura de arrendatária, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 17.1.

4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios estão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2013 e 2012. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

- Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente na data do balanço estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante		
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	7.440	7.463
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>7.177</u>	<u>7.214</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(263)</u>	<u>(249)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	6.249	3.228
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>6.055</u>	<u>3.124</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(194)</u>	<u>(104)</u>
Não circulante		
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	35.864	40.672
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>30.189</u>	<u>33.447</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(5.675)</u>	<u>(7.225)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	66.351	46.643
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>55.003</u>	<u>37.443</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(11.348)</u>	<u>(9.200)</u>
Provisão para investimentos em rodovias - real	863	863
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>694</u>	<u>653</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(169)</u>	<u>(210)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº16.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4.11. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota explicativa nº18.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15. Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimento	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e
(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas e revisadas normas contábeis acima, que introduziram algumas modificações nas práticas adotadas até o exercício anterior. Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado.

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	1.346	2.024
Aplicações financeiras (*)	<u>273.048</u>	<u>29.883</u>
Total	<u>274.394</u>	<u>31.907</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	3.918	3.656
Fundos de investimentos	<u>269.130</u>	<u>26.227</u>
Total	<u>273.048</u>	<u>29.883</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas entre 101% e 105% da variação do CDI no exercício.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	21.107	19.938
Cupons de pedágio a receber	444	558
Outras	<u>147</u>	<u>293</u>
Total	<u>21.698</u>	<u>17.789</u>

(*) Conforme Nota Explicativa nº25c

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo não circulante:		
Bases do ativo diferido		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	2.298	1.837
Direito de concessão incorporado (c)	(18.453)	(19.764)
Ajuste de encargos financeiros (b)	(8.377)	(10.176)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (d)		
Provisão para manutenção	61.058	40.567
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	<u>(13.155)</u>	<u>(2.804)</u>
Base de cálculo	23.371	9.660

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão representados por:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo não circulante:		
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>7.946</u>	<u>3.284</u>

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções;
- (b) Adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente;
- (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente;
- (d) Sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

	<u>Ativo</u>
2015	704
2016	704
2017	704
2018	704
Após 2019	<u>5.130</u>
	<u>7.946</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vinha retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série, para que ao final de cada exercício de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Com a quitação antecipada das debêntures da 1ª série em 10 de outubro de 2013, não há mais a necessidade de constituição desse fundo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, o valor dessa aplicação era de R\$7.348.

9. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Veículos	Total
<u>Custo do imobilizado bruto</u>			
Saldo em 31/12/2011	3.063	80	3.143
Adições	164	4	168
Alienações/baixas	(152)	-	(152)
Saldo em 31/12/2012	3.075	84	3.159
Adições	556	-	556
Alienações/baixas	(20)	-	(20)
Saldo em 31/12/2013	<u>3.611</u>	<u>84</u>	<u>3.695</u>
<u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 31/12/2011	(1.971)	(2)	(1.973)
Adições	(336)	(15)	(351)
Alienações/baixas	149	-	149
Saldo em 31/12/2012	(2.158)	(17)	(2.175)
Depreciação	(340)	(12)	(352)
Alienações/baixas	19	-	19
Saldo em 31/12/2013	<u>(2.479)</u>	<u>(29)</u>	<u>(2.508)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>			
Saldo em 31/12/2012	917	67	984
Saldo em 31/12/2013	1.132	55	1.187
Taxas de depreciação - %	20%	20%	20%

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

10. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

	Intangível em rodovias - obras e serviços	Direito de outorga da concessão	Direito de outorga da incorporação	Software	Intangível em andamento	Total
	(a)	(b)	(c)			
Custo do intangível bruto						
Saldo em 31/12/2011	598.958	28.434	60.152	1.229	20	688.793
Adições	6.485	-	-	840	962	8.287
Transferência/Reclassificações	167	-	-	-	(167)	-
Alienações/baixas	(61)	-	-	-	-	(61)
Saldo em 31/12/2012	<u>605.549</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>2.069</u>	<u>815</u>	<u>697.019</u>
Adições	10.110	-	-	234	5.550	15.894
Tranferências/Reclassificações	4.403	-	-	-	(4.403)	-
Alienações/baixas	(280)	-	-	-	-	(280)
Saldo em 31/12/2013	<u>619.782</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>2.303</u>	<u>1.962</u>	<u>712.633</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2011	(308.731)	(13.281)	(28.720)	(598)	-	(351.330)
Amortização	(13.424)	(675)	(1.404)	(29)	-	(15.532)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	(48)	-	-	-	-	48
Saldo em 31/12/2012	<u>(322.107)</u>	<u>(13.956)</u>	<u>(30.124)</u>	<u>(627)</u>	<u>-</u>	<u>(366.814)</u>
Amortização	(14.687)	(692)	(1.439)	(34)	-	(16.852)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	246	-	-	-	-	246
Saldo em 31/12/2013	<u>(336.548)</u>	<u>(14.648)</u>	<u>(31.563)</u>	<u>(661)</u>	<u>=</u>	<u>(383.420)</u>
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2012	283.442	14.478	30.028	1.442	815	330.205
Saldo em 31/12/2013	283.234	13.786	28.589	1.642	1.962	329.213
Amortização %	-	-	-	-	-	5,25%

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado, até o final da concessão;
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado. Vide Nota Explicativa nº 16;
- (c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Autovias e Centrovias. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada "Ágio incorporado". Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "Direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada, até o final da concessão.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo circulante:		
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 3,3% a.a.	2.259
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 4,3% a.a.	<u>116</u>
		<u>2.375</u>
Passivo não circulante:		
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 4,3% a.a.	<u>278</u>
		<u>278</u>

(*) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Automático) para financiamento de obras. Em 31 de dezembro de 2013, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e notas promissórias. O vencimento final foi em 18 de novembro de 2013. Porém com a entrada de recursos da 3ª emissão de debêntures, a Sociedade antecipou a quitação deste financiamento no montante de R\$618 mil.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias. Com a entrada de recursos da 3ª emissão de debêntures, a Sociedade antecipou a quitação deste financiamento no montante de R\$318 mil.

12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	31/12/2013		31/12/2012	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão (a)	307.947	CDI + 1,5% a.a.	Mar./2015	-	-	72.928	90.586
2ª emissão (b)	3.000	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	-	-	72.437	141.186
3ª emissão (c)	<u>60.000</u>	CDI + 1,09% a.a.	Set./2018	16.234	600.000	-	-
	<u>370.947</u>			16.234	600.000	145.365	231.772
Custo de transação				<u>(756)</u>	<u>(2.129)</u>	<u>(779)</u>	<u>(510)</u>
Total				<u>15.478</u>	<u>597.871</u>	<u>144.586</u>	<u>231.262</u>

(*) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

- (a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor real unitário de R\$1 cada uma. Em 10 de outubro de 2013 essa emissão foi quitada pela Sociedade, no montante total de R\$109.147
- (b) 2ª emissão de debêntures emitidas em 22 de novembro de 2010 com valor real unitário de R\$ 100 cada uma. Em 10 de outubro de 2013 essa emissão foi quitada pela Sociedade, no montante total de R\$160.701

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

- (c) 3ª emissão de debêntures com emissão do contrato em 25 de setembro de 2013 com valor real unitário em 31 de dezembro de 2013 de R\$10.000 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito abaixo:

	Data de <u>emissão</u>	Valor <u>nominal</u>	Data de <u>Integralização</u>	Valor <u>Subscrito</u>
1ª emissão	15.03.2010	307.947	26.04.2010	311.300
2ª emissão	22.11.2010	300.000	16.12.2010	302.539
3ª emissão	25.09.2013	<u>600.000</u>	07.10.2013	<u>601.805</u>
Total		<u>1.207.947</u>		<u>1.215.644</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão era paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e era amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão era paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e era amortizada trimestralmente a partir de 22 de novembro de 2011.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão será paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro a partir de 2014 e amortizada em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016	197.297
2017	197.297
2018	<u>203.277</u>
	<u>597.871</u>

As debêntures da 3ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Informações Relativas à Oferta - Escrituras e adiantamentos de debêntures, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>				
Ativo circulante:						
Contas a receber partes relacionadas:						
Mútuos - Arteris S.A. (e)	22.485	92.261				
Arteris S.A. (b)	33	10				
Centrovias	-	3				
Latina Manutenção	4	-				
Autopista Fernão Dias S.A.	-	1				
Autopista Planalto Sul S.A.	-	1				
Autopista Litoral Sul S.A.	-	1				
	<u>22.522</u>	<u>92.277</u>				
Ativo não circulante:						
Contas a receber partes relacionadas:						
Mútuos - Arteris S.A. (e)	<u>289.261</u>	<u>197.000</u>				
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>				
Passivo circulante:						
Fornecedores com partes relacionadas:						
Arteris S.A. (c)	267	7				
Autovias S.A.	-	4				
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	550	604				
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	<u>343</u>	<u>319</u>				
	<u>1.160</u>	<u>934</u>				
Dividendos Propostos:						
Juros sobre capital próprio a pagar:						
Arteris S.A. (d)	<u>1.763</u>	<u>1.810</u>				
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>				
Resultado	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas Administrativas	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas Administrativas
Arteris S.A. (C) e (e)	-	26.452	1.248	-	25.378	1.213
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (a)	-	-	-	949	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	7.080	-	-	12.159	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	<u>2.484</u>	-	-	<u>2.485</u>	-	-
Total	<u>9.564</u>	<u>26.452</u>	<u>1.248</u>	<u>15.593</u>	<u>25.378</u>	<u>1.213</u>

(a) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e no custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativos aos serviços prestados em conservação de rotina e serviços de manutenção nas rodovias.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

- (b) Referem-se a despesas administrativas pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (c) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (d) Refere-se a juros sobre capital próprio a pagar.
- (e) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2013 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	31/12/2013	31/12/2012
20/08/2008	22/08/2015	CDI + 1,037% a.a.	40.000	64.332	59.692
18/09/2008	18/09/2015	CDI + 1,037% a.a.	97.000	154.548	143.401
04/12/2008	04/12/2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	12.427	11.530
17/12/2008	17/12/2015	CDI + 1,037% a.a.	<u>52.000</u>	<u>80.438</u>	<u>74.638</u>
			<u>197.000</u>	<u>311.745</u>	<u>289.261</u>

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$1.918 e R\$1.686, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados - PLR registrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" é de R\$1.596 e R\$1.572. As metas são como seguem:

a) Participantes:

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa, proporcional ao tempo de trabalho.

b) Definição dos Valores:

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda	10.941	10.380
Contribuição social	4.740	4.390
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	338	339
Programa de integração social-PIS	207	189
Contribuição para financiamento da seguridade social-COFINS	954	871
Tributos federais retidos	189	140
Impostos sobre serviços - ISS	<u>1.684</u>	<u>1.528</u>
Total	<u>19.053</u>	<u>17.837</u>

15. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação das obras pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estavam representados, respectivamente, por R\$1.185 e R\$699.

16. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão o qual é composto pelos valores devidos ao DER-SP pela outorga da concessão, ajustados a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000, sem considerar as alterações determinadas pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, que autorizou a prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo com a

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

finalidade de reestabelecer o equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Direito de outorga - parcela fixa	6.640	6.272	6.903	6.521
Parcela variável (a)/(b)	<u>537</u>	<u>942</u>	<u>537</u>	<u>942</u>
Total	<u>7.177</u>	<u>7.214</u>	<u>7.440</u>	<u>7.463</u>

<u>Não circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Direito de outorga - parcela fixa	30.189	33.447	35.864	40.672

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

- (b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2013 está assim representada:

	Parcelas		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de parcelas	12	61	73

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício de 31 de dezembro de 2013 ao Poder Concedente foi de R\$16.656 (R\$6.554 de parcela fixa e R\$10.102 de parcela variável). O valor pago em 2012 foi de R\$17.273 (R\$6.227 de parcela fixa e R\$11.046 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2013, o valor das parcelas relativas ao saldo a valor presente classificado no passivo não circulante apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2015	7.055
2016	7.055
2017	7.055
2018	7.055
Após 2019	<u>7.644</u>
	<u>35.864</u>

17. PROVISÕES

17.1 Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu com base na opinião de seus advogados uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é conforme segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31/12/2013</u>
Cíveis	1.083	1.491	(420)	(669)	1.485
Trabalhistas	754	685	(516)	(110)	813
Total	<u>1.837</u>	<u>2.176</u>	<u>(936)</u>	<u>(779)</u>	<u>2.298</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis	1.261	260	(224)	(214)	1.083
Trabalhistas	321	522	(36)	(53)	754
Total	<u>1.582</u>	<u>782</u>	<u>(260)</u>	<u>(267)</u>	<u>1.837</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$944 e R\$439, respectivamente, em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2013 (R\$968 e R\$618, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

17.2 Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimento em rodovias</u>
Saldos em 31/12/2012	3.124	37.443	653
Adições	-	21.764	-
AVP	-	2.638	41
Utilizações	(3.911)	-	-
Transferências	<u>6.842</u>	<u>(6.842)</u>	-
Saldos em 31/12/2013	<u>6.055</u>	<u>55.003</u>	<u>694</u>

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimento em rodovias</u>
Saldos em 31/12/2011	2.491	22.296	614
Adições	-	32.021	-
AVP	-	1.089	39
Utilizações	(17.330)	-	-
Transferências	17.963	(17.963)	-
Saldos em 31/12/2012	<u>3.124</u>	<u>37.443</u>	<u>653</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 dezembro de 2013, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$15.103 (R\$20.964 em 2012).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social Integralizado

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2013 é de R\$108.710 (R\$108.710 em 31 de dezembro de 2012), integralizado pelo valor de R\$108.152. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de junho de 2013 estão demonstradas a seguir:

Acionista	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>31/12/2013</u>	
		<u>Quantidade de ações Integralizadas</u>	<u>Participação %</u>
Arteris S.A.	4.352.285	4.321.025	100%

Acionista	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>31/12/2012</u>	
		<u>Quantidade de ações Integralizadas</u>	<u>Participação %</u>
Arteris S.A.	4.352.285	4.321.025	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora)

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, deve ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram pagos dividendos no montante de R\$119.963, sendo R\$60.919 dividendo adicional proposto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e R\$59.044 originários de dividendo intermediário relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício	138.783	116.806
Reserva legal 5%	-	-
Base de cálculo	138.783	11.806
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>34.696</u>	<u>29.202</u>
Dividendos antecipados	(67.703)	(55.887)
Dividendos propostos	71.080	60.919

A Administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2013, totalizando R\$ 71.080 a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária (60.919 em 31 de dezembro de 2012).

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$7.363, líquidos de R\$1.296, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), dos quais R\$5.600 foram pagos aos acionistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de serviços prestados	367.927	332.033
Receita de serviços de construção	16.213	8.304
Receitas acessórias	4.443	4.214
	<u>388.583</u>	<u>344.551</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita bruta	388.583	344.551
ISS	(18.573)	(16.763)
PIS	(2.467)	(2.232)
COFINS	(11.386)	(10.301)
Receita líquida	<u>356.157</u>	<u>315.255</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

Custos:	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Custo de construção	16.213	8.304
Com pessoal	18.276	18.288
Serviços de terceiros	1.067	213
Depreciação / amortização	16.852	15.651
Custos com poder concedente	9.697	11.105
Seguros / garantias	94	190
Conservação	13.499	12.650
Provisão para manutenção	33.087	33.727
Outros custos	6.458	5.910
Total	<u>115.243</u>	<u>106.038</u>
Despesas:	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Com pessoal	7.961	6.207
Serviços de terceiros	4.598	2.970
Depreciação / amortização	352	232
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	461	270
Consumo	1.772	1.743
Transporte	240	230
Seguros /garantias	1.452	1.750
Outras Despesas	2.195	4.500
Total	<u>19.031</u>	<u>17.902</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	7.659	10.081
Atualizações sobre mútuos	26.452	25.378
Outras receitas	677	47
Total receitas	<u>34.788</u>	<u>35.506</u>

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - Juros e variação monetária	(38.038)	(45.288)
Atualizações monetárias sobre o direito da outorga	(3.664)	(3.345)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(2.679)	(2.442)
Outras despesas	(4.816)	(2.498)
Total despesas	<u>(49.197)</u>	<u>(53.573)</u>

22. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de intangível e imobilizado no exercício registrado em obrigações à pagar (a)	1.626	1.379
Juros sobre capital próprio em obrigações a pagar	1.763	1.810
Outros	-	1.107
(a) Fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais, obrigações fiscais e outras contas a pagar		

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2013 do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referente aos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	205.017	171.931
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(69.706)	(58.457)
Juros sobre o capital próprio	2.945	3.221
Efeito de adições e exclusões	<u>(150)</u>	<u>111</u>
Despesa contabilizada	<u>(66.911)</u>	<u>(55.125)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(71.573)	(57.349)
Diferidos	<u>4.662</u>	<u>2.224</u>
	<u>(66.911)</u>	<u>(55.125)</u>

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT - adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de dezembro de 2013.

24. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

<u>Básico</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício	138.783	116.806
Número de ações durante o ano (milhares)	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>
Lucro por ação - básico	<u>32,12</u>	<u>27,03</u>
<u>Diluído</u>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	138.783	116.806
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação (milhares)	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>
Lucro por ação - diluído	<u>32,12</u>	<u>27,03</u>

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

25.1 Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

25.2 Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que se segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>31/12/2013</u> <u>Empréstimos</u> <u>/ recebíveis</u>	<u>31/12/2012</u> <u>Empréstimos</u> <u>/ recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	274.394	31.907
Aplicações financeiras	-	7.348
Contas a receber de clientes	21.698	17.789
Partes relacionadas	311.783	289.277
Outros créditos	33	4

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Passivos</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>
Fornecedores	5.798	4.199
Empréstimos e financiamentos	-	2.653
Debêntures	613.349	375.848
Credores pela concessão	37.366	40.661
Partes relacionadas	2.923	2.744
Outras contas a pagar	1	25

25.3 Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+25%)</u>	<u>Cenário III (+50%)</u>	<u>Cenário IV (-25%)</u>
CDI	11,00%	13,75%	16,50%	8,25%
Juros a incorrer (*)	(70.438)	(85.789)	(100.913)	(54.850)
Receita de aplicações financeiras	30.424	38.030	45.636	22.818
Receitas financeiras de mútuos	37.525	46.098	54.671	28.952
Juros a Incorrer Líquido	<u>2.489</u>	<u>1.661</u>	<u>606</u>	<u>3.080</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$20.990 e R\$16.938, respectivamente, decorrentes de receitas de

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Debêntures Credores pela concessão	10,86	63.477	64.088	261.827	240.589	225.613	-	855.594
	6,26	6.641	5.939	5.939	5.939	5.939	6.434	36.831
Total		70.118	70.027	267.766	246.528	231.552	6.434	892.425

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e,

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade por força contratual mantém vigentes e atualizadas apólices de seguro garantia que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial das funções operacionais e de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas de seguros da Sociedade são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perdas de receita (*) Responsabilidade civil	180.000 30.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	149.388

(*) Por Sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.